

Introdução

A VII Semana da CRE, realizada de 14 a 18 de setembro de 2015, trouxe para toda a PUC-Rio um tema muito atual, de grande envergadura e urgência: *A Cultura Religiosa da PUC-Rio e as políticas públicas no Rio de Janeiro: Paz e Esperança se abraçarão*. Embora a direção do seu foco mirou, em particular, o interesse primordial e efetivo da sua proposta de forma interna, a intenção, sem dúvida, visou ir além dos espaços físicos da PUC-Rio, pois o verdadeiro saber ultrapassa os limites e as fronteiras de qualquer instituição, principalmente quando o conhecimento consegue determinar, de fato, o comportamento, permitindo que a Paz e Esperança se abracem no seio da sociedade, promovendo a Cultura do Amor sobre todas as formas de violência e discriminação.

Nesse sentido, a dinâmica do tema: “Discernimento Evangélico com vista ao bem comum”, dentro da perspectiva da proposta da Cultura Religiosa da PUC-Rio não possui, apenas, algo a dizer, mas, acima de tudo, quer contribuir, imensamente, para a renovação das estruturas sócio-políticas da Cidade do Rio de Janeiro.

Assim, partindo do tema proposto, quando se diz “Discernimento Evangélico”, a reflexão se endereça, quase que naturalmente, segundo a identidade e missão da PUC-Rio, para a Pessoa, a ação e a mensagem de Jesus Cristo: Boa Nova de Deus para o mundo, segundo o cristianismo, e paradigma de conhecimento e de comportamento humano diante das questões sociais urgentes dos dias atuais. Já quando se diz “bem comum”, a reflexão se abre como um leque de possibilidades, mas visa o que de fato conta na aquisição e produção de qualquer tipo de saber: a realização do ser humano em todas as suas dimensões e anseios de felicidade.

Eu, pessoalmente, acredito que:

Uma universidade proporciona ao seu corpo discente a possibilidade de adquirir conhecimentos que ultrapassem os da sua área específica, quando promove a interação e a abertura que vão além de um círculo fechado do saber. Se a diversidade, em qualquer cultura, é considerada uma riqueza, poder ampliar os conhecimentos ajuda a descobrir e a aprofundar as razões dessa certeza. Um universitário sente orgulho quando pode dizer: *este não é o meu pão de cada dia, mas conheço o assunto e sou capaz de falar com conhecimento de causa, critérios e argumentos válidos*. (FERNANDES, 2015, 418)

A minha contribuição, no que tange à abordagem do tema, seguirá um viés bíblico, lançando um olhar para o Decálogo contido no Antigo Testamento (AT) e reinterpretado no

¹ Leonardo Agostini Fernandes é Sacerdote diocesano. Doutor em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, Diretor e Professor de Sagrada Escritura do Departamento de Teologia da PUC-Rio e do Instituto Superior de Teologia da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Palestra proferida na VII Semana da Cultura Religiosa, 15 de setembro de 2015, que teve como tema central: *Políticas Públicas na cidade do Rio, "Paz e Esperança se abraçarão"*.

Novo Testamento (NT), trazendo ainda recortes de um artigo que publiquei, da Encíclica *Caritas in Veritate*, do Papa Emérito Bento XVI (2009), e da recente Encíclica *Laudato Si'*, do Papa Francisco (2015), pois estas duas Encíclicas se voltam, com esperança, para a questão do desenvolvimento dos povos de forma sustentável, visando a promoção do bem comum. A metodologia usada segue uma dinâmica indicada pelos verbos: ver, julgar e agir².

1. Exemplos bíblicos

A preocupação com o bem comum está presente em diversos textos do AT. Subjaz aos textos a certeza de que o antigo Israel é o povo escolhido por Deus, que se revelou, para encontrar, aderir, viver e promover a justiça no mundo, sem a qual a paz não se estabelece e não se alcança o bem comum.

A síntese dessa certeza encontra-se codificada em forma de orientação normativa no Decálogo (Dez Mandamentos), existente em dois testemunhos textuais que diferem em alguns particulares. O primeiro testemunho encontra-se no livro do Êxodo, capítulo 20, versículo 1 ao versículo 18 e o segundo encontra-se no livro do Deuteronômio, capítulo 5, versículo 6 ao versículo 21.

Judeus, cristãos e mulçumanos possuem e professam a fé em um Deus único, o Deus dos Patriarcas, Abraão, Isaac e Jacó, que, pela mediação de Moisés, deu ao povo liberto do Egito o Decálogo como norma de vida. O Decálogo, em si, é um conjunto de leis apodícticas e representa o conhecimento que é fruto de um percurso existencial, com implicações éticas aptas a ajudar cada ser humano a permanecer no bem, na justiça e na verdade; elementos essenciais para a promoção da paz. Quem observa o Decálogo com atenção percebe que está diante de uma síntese de tudo o que o ser humano pode perceber e compreender como normas gerais capazes de regulamentar as relações e garantir a vida.

De certa forma, pode-se dizer que o Decálogo é precursor e está na base da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948. Esta Declaração constituía um ato de fé nos direitos fundamentais do ser humano que foram brutalmente negados na Segunda Guerra Mundial e ainda hoje são percebidos em diversos conflitos. O caráter dessa Declaração é universal e foi promulgada para que, independente de qualquer forma de credo, fosse aceita e colocada em prática em todo o Orbe terrestre. O que há em comum entre o Decálogo e a Declaração Universal dos Direitos Humanos é a ênfase maior na pessoa humana e menor no Estado, que possui o seu real sentido se não negligencia o seu principal papel: garantir a vida humana em todas as suas etapas e diante de todas as circunstâncias, principalmente quando se encontra ameaçada (CHOURAQUI, 2001, 12-15).

² A origem deste método remonta à Ação Católica de língua francesa, principalmente belga, que, em face da centralidade dada ao homem e ao temporal pela Modernidade, seguia três passos concretos: *Ver*, no sentido de perceber, a realidade no seu conjunto sócio-econômico-político-cultural; *Julgar*, no sentido de confrontar com a Verdade, os resultados obtidos no momento anterior à luz da Palavra de Deus, formulando os juízos válidos para *Agir* com os critérios utilizados pelo próprio Deus para se Revelar, intervir e transformar a história, a fim de redirecioná-la para o seu verdadeiro fim (PERANI, 1968; BRIGHENTI, 1994, 207-254).

No caso do NT, o texto de Marcos, capítulo 10, versículo 17 ao versículo 22 e seus paralelos (cf. Mateus 19,16-22; Lucas 18,18-23), serve, por um lado, de exemplo concreto sobre o Decálogo e, por outro lado, aponta para a novidade da proposta ética feita por Jesus a um homem que o interceptou com uma pergunta existencial: “Que devo fazer de bom?”. Este homem, além de muitos bens, tinha boa instrução, seria “um universitário da época”.

Ao homem rico, Jesus recorda os mandamentos que, de acordo com a tradição judaica, constituem o caminho que leva à salvação (felicidade): “Conheces os mandamentos: Não matarás, não cometerás adultério, não roubarás, não levantarás falso testemunho, não defraudarás ninguém, honra teu pai e tua mãe” (Mc 10,19). Digno de nota é que Jesus não cita os três primeiros mandamentos que dizem respeito diretamente a Deus, mas exige o comportamento de acordo com os mandamentos que se referem ao próximo. A posição do homem em relação às exigências postas por Jesus é firme, pois disse que deles era cumpridor desde a infância. A resposta era verdadeira, do contrário Jesus teria deflagrado a mentira. Na dinâmica do diálogo, que se intensifica, revela-se um dado particular: “Jesus olhou para ele, com amor, e lhe disse: Uma coisa te falta, vai, vende tudo o que tens, dá o dinheiro aos pobres e terás, assim, um tesouro no céu; depois vem e segue-me” (Mc 10,21).

“A mensagem de Jesus é clara. Não basta pensar na própria salvação; é preciso pensar nas necessidades dos pobres. Não basta preocupar-se com a vida futura; é preciso preocupar-se com os que sofrem nesta vida. Não basta não causar dano aos outros; é preciso colaborar no projeto de um mundo mais justo, tal como Deus o quer” (PAGOLA, 2013, 203). Na novidade da proposta de Jesus está contida a orientação para a prática do duplo mandamento do amor: Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo (cf. Mateus 22,34-40; Marcos 12,28-31; Lucas 10,25-28). O amor, assumido como projeto de vida e compromisso ético, torna o ser humano bem sucedido.

2. A promoção e a formação dos valores éticos e morais³

A Bíblia apresenta personagens que, confrontados com diversos povos, culturas e situações, tiveram que se posicionar por palavras e ações, assumindo a responsabilidade por todas as consequências. Este posicionamento era fruto da experiência de fé e do conhecimento que cada um adquiriu em família e na sua sociedade religiosa. Muitos deram a própria vida pelo que consideraram valores.

Valores são bens que, em si mesmos, possuem legitimidade e, por isso, são inalienáveis em cada cultura e, assim, são realidades que foram consagradas ao longo da história da humanidade. Os textos bíblicos oferecem muitas situações que ajudam a perceber o significado existencial dos valores para a vida humana. Os valores podem ser percebidos nos textos exatamente porque surgem de experiências humanas concretas. Estas experiências,

³ Faço uso, com algumas pequenas modificações, do tópico: “o uso da Bíblia na formação dos valores éticos e morais” (FERNANDES, 2015, 430-434).

pouco a pouco, foram se tornando matrizes para o desenvolvimento do conhecimento e o consequente comportamento que dele derivava.

Os principais valores bíblicos que se tornaram indicadores e regra de vida para a conduta humana encontram-se condensados, como dito acima, no Decálogo contido no AT e, no NT, pelo duplo Mandamento do Amor a Deus e ao próximo. Por meio do conhecimento e da prática dos mandamentos, cada fiel podia e ainda pode demonstrar a certeza da qualidade da fé que orienta a sua conduta e o que se pretende obter por meio do seu cumprimento: a felicidade pessoal e do seu próximo.

A razão desses indicadores é dada pelo contexto da aliança de Deus com o antigo Israel. No caso do Decálogo, aconteceu pela mediação de Moisés, o líder escolhido para tirar o povo da escravidão do Egito. No caso do duplo Mandamento do Amor, aconteceu pela mediação de Jesus Cristo, confessado pelos discípulos como Filho de Deus e salvador da humanidade. A aliança, tanto no Decálogo como no duplo Mandamento do Amor, representa, por um lado, o conhecimento de Deus e, por outro lado, as práticas que se tornam norma de vida para a comunidade de fé judaico-cristã.

A base de qualquer valor ético ou moral pode ser expressa através de um axioma filosófico-ético: “o agir segue o ser”; e de um axioma teológico-moral: “o conhecimento determina o comportamento”. Esta dupla base, filosófica e teológica, proporciona a compreensão de que são os fins lícitos que determinam a liceidade dos meios e não vice-versa.

Chega-se, com isso, à aceitação de que há uma lei inata no ser humano, fonte orientadora da sua vida e existência: “Faça o bem e evite o mal”. Dessa lei natural, derivam todos os valores éticos e morais que um ser humano deve se esforçar por conhecer, adquirir e praticar, a fim de que forme a sua consciência e seja capaz, livremente, de decidir pelo bem e não pelo mal.

As relações pessoais e interpessoais são a base experimental do bem comum sobre a qual cada ser humano testa os seus conhecimentos e avalia o seu comportamento. O dom da vida é o primeiro valor que é recebido e nutrido em família. Por meio desta, cada ser humano, que vem ao mundo, entra em contato com a bagagem cultural dos seus genitores. É em família que as primeiras lições de vida são transmitidas e se faz experiência do significado do bem, da justiça e da verdade. Mas o que dizer de uma instituição em crise e exposta a tantos ataques? Qual o valor que a família ocupa nas políticas públicas que estão sendo feitas pelos Estados democráticos?

Assim, a ética resulta do encontro entre a vida e tudo o que ela comporta no seu contexto histórico e na sublime perspectiva que os ditames da razão apresentam e representam. Um ser humano e ético se busca seguir tais ditames, procurando ser correto e praticando a justiça em todo o seu modo de pensar, de falar e de agir livremente. Na medida em que o ser humano se abre para Deus, começa a perceber que a fé o impele a responder a um compromisso ético

que tende, sempre mais, para a perfeição. Desse modo, as ações humanas, consideradas dignas, podem ser enobrecidas e a justiça exaltada quando realizadas por amor e no amor, pois este comportamento preenche todas as exigências morais do ser humano.

Sobre isso, disse o Papa Bento XVI na *Caritas in Veritate*, n. 6:

A caridade supera a justiça, porque amar é dar, oferecer ao outro do que é «meu»; mas nunca existe sem a justiça, que induz a dar ao outro o que é «dele», o que lhe pertence em razão do seu ser e do seu agir. Não posso «dar» ao outro do que é meu, sem antes lhe ter dado aquilo que lhe compete por justiça. Quem ama os outros com caridade é, antes de mais nada, justo para com eles. A justiça não só não é alheia à caridade, não só não é um caminho alternativo ou paralelo à caridade, mas é «inseparável da caridade», é-lhe intrínseca. A justiça é o primeiro caminho da caridade ou, como chegou a dizer Paulo VI, «a medida mínima» dela, parte integrante daquele amor «por ações e em verdade » (1 Jo 3,18) a que nos exorta o apóstolo João. Por um lado, a caridade exige a justiça: o reconhecimento e o respeito dos legítimos direitos dos indivíduos e dos povos. Aquela empenha-se na construção da «cidade do homem» segundo o direito e a justiça. Por outro, a caridade supera a justiça e completa-a com a lógica do dom e do perdão. A «cidade do homem» não se move apenas por relações feitas de direitos e de deveres, mas antes e sobretudo por relações de gratuidade, misericórdia e comunhão. A caridade manifesta sempre, mesmo nas relações humanas, o amor de Deus; dá valor teológico e salvífico a todo o empenho de justiça no mundo.

Os nobres sentimentos do ser humano, que o levam a ser solidário com os mais necessitados, não são simples impulsos da sua natureza, são exigências que fazem com que ele não somente faça o bem, mas tenha consciência das motivações que sempre o levam a fazer o bem. Quando as boas ações são realizadas por amor, encontra-se o direcionamento determinante para a vida, porque o amor se torna o critério último e decisivo juízo do comportamento humano. O amor é uma força tão grande que não sofre qualquer tipo de limitação, pois não coloca condições. É gratuito e desinteressado. A prática constante do amor, inteligente e livre, desdobra-se em diversas formas de altruísmo e de tolerância para consigo mesmo, para com o próximo e para com a natureza.

É o que afirma o Papa Bento XVI na *Caritas in Veritate*, n. 7:

Depois, é preciso ter em grande consideração o bem comum. Amar alguém é querer o seu bem e trabalhar eficazmente pelo mesmo. Ao lado do bem individual, existe um bem ligado à vida social das pessoas: o bem comum. É o bem daquele «nós-todos», formado por indivíduos, famílias e grupos intermédios que se unem em comunidade social. Não é um bem procurado por si mesmo, mas para as pessoas que fazem parte da comunidade social e que, só nela, podem realmente e com maior eficácia obter o próprio bem. Querer o bem comum e trabalhar por ele é exigência de justiça e de caridade. Comprometer-se pelo bem comum é, por um lado, cuidar e, por outro, valer-se daquele conjunto de instituições que estruturam jurídica, civil, política e culturalmente a vida social, que deste modo toma a forma de pólis, cidade. Ama-se tanto mais eficazmente o próximo, quanto mais se trabalha em prol de um bem comum que dê resposta também às suas necessidades reais. Todo o cristão é chamado a esta caridade, conforme a sua vocação e segundo as possibilidades que tem de incidência na pólis. Este é o caminho institucional - podemos mesmo dizer político - da caridade, não menos qualificado e incisivo do que o é a caridade que vai diretamente ao encontro do próximo, fora das mediações institucionais da pólis.

Quando o empenho pelo bem comum é animado pela caridade, tem uma valência superior à do empenho simplesmente secular e político. Aquele, como todo o empenho pela justiça, inscreve-se no testemunho da caridade divina que, agindo no tempo, prepara o eterno. A ação do homem sobre a terra, quando é inspirada e sustentada pela caridade, contribui para a edificação daquela cidade universal de Deus que é a meta para onde caminha a história da família humana. Numa sociedade em vias de globalização, o bem comum e o empenho em seu favor não podem deixar de assumir as dimensões da família humana inteira, ou seja, da comunidade dos povos e das nações, para dar forma de unidade e paz à cidade do homem e torná-la em certa medida antecipação que prefigura a cidade de Deus sem barreiras.

Segundo o cristianismo, a síntese do amor manifestou-se em Jesus Cristo pela sua total fidelidade aos desígnios de Deus e por partilhar, plenamente, a condição humana, exceto o pecado. Portanto, a ética e a moral estão intimamente unidas e plenamente orientadas, uma na direção da outra pelo amor, que não exclui o conhecimento e a adesão a outros valores, antes, os consolida e os fortifica. O amor é o grande valor que enobrece cada uma das outras ações de valor, porque ele não aceita que se dê alguma coisa. Ele exige que cada um doe-se em cada uma de suas palavras e ações.

O mundo ocidental se desenvolve, cada vez mais, orientado pelo dinheiro, pela riqueza, pela ganância e pelo bem-estar, desenfreados e assumidos como fins, meios, critérios e medida existencial. Percebe-se que leva vantagem o modelo liberal que se impõe com as suas leis e que se tornaram impactantes sobre cada aspecto da vida e da existência humana. Diante disto, a ética, que brota da revelação bíblica, parece uma coisa estranha e antiquada, pois reflete um estilo de vida que contrasta com o modo de pensar e com os padrões avançados e hábitos modernos que dominam nossa época.

O liberalismo econômico, assumido como regra de mercado, tem exercido uma forte influência no comportamento moral das pessoas, a ponto de fazer acreditar que tudo é bom e, por conseguinte, tudo passa a ser permitido, inclusive o esgotamento das riquezas naturais do nosso planeta. Este comportamento moral é denominado “permissivismo”. Por isso, se constata que está cada vez mais difícil apresentar, nas diferentes esferas da sociedade, marcada por uma profunda mudança de época, a ética bíblica, contida no Decálogo e no “duplo” Mandamento do Amor, como algo válido e razoável para os dias atuais.

Esta ética é vista como um modelo muito distante do comportamento que está se tornando normal para a maioria das pessoas que já não percebem a influência e o condicionamento que sofrem de um nefasto modelo sócio-cultural positivista. O dilema surge e afeta os dois lados: para a sociedade atual, a moral, presente nas religiões monoteístas, está demasiadamente distante do ser humano evoluído, e é tida por ultrapassada; para as religiões monoteístas, a sociedade atual segue somente os ditames do mercado consumista, fazendo deles o seu manual de moral. Todas as atitudes, então, passam a ser justificadas, pois é o liberalismo permissivo que, no fim, possui os argumentos decisivos. A partir do momento em que se excluiu a teleologia metafísica e, no seu lugar, passou a imperar o objetivo do momento,

a regra básica foi invertida: são os meios que justificam os fins e não o contrário. Para muitos, o lucro é o que importa!

Apesar de toda essa confusão, cresce, em todos os seguimentos da sociedade, a demanda pelos cursos de habilitação em ética profissional. A transparência das ações e dos empreendimentos tem exigido, cada vez mais, que os empresários se empenhem na formação e na qualificação ética de todos os envolvidos no processo. O conhecimento e o comportamento condizentes têm sido a regra básica na busca pelo diferencial dos projetos elaborados e dos contratos assinados. Muitas empresas estão investindo na formação das lideranças, seguindo e adotando, inclusive, os ensinamentos e os critérios que animaram a vida e a obra de Jesus Cristo: o Amor⁴.

Sobre isso, são pertinentes as palavras do Papa Francisco na *Laudato Si'*, nn. 156-158:

A ecologia integral é inseparável da noção de bem comum, princípio este que desempenha um papel central e unificador na ética social. É «o conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição». (n. 156)

O bem comum pressupõe o respeito pela pessoa humana enquanto tal, com direitos fundamentais e inalienáveis orientados para o seu desenvolvimento integral. Exige também os dispositivos de bem-estar e segurança social e o desenvolvimento dos vários grupos intermédios, aplicando o princípio da subsidiariedade. Entre tais grupos, destaca-se de forma especial a família enquanto célula basilar da sociedade. Por fim, o bem comum requer a paz social, isto é, a estabilidade e a segurança de uma certa ordem, que não se realiza sem uma atenção particular à justiça distributiva, cuja violação gera sempre violência. Toda a sociedade – e, nela, especialmente o Estado – tem obrigação de defender e promover o bem comum. (n. 157)

Nas condições atuais da sociedade mundial, onde há tantas desigualdades e são cada vez mais numerosas as pessoas descartadas, privadas dos direitos humanos fundamentais, o princípio do bem comum torna-se imediatamente, como consequência lógica e inevitável, um apelo à solidariedade e uma opção preferencial pelos mais pobres. Esta opção implica tirar as consequências do destino comum dos bens da terra, mas – como procurei mostrar na exortação apostólica *Evangelii gaudium* – exige acima de tudo contemplar a imensa dignidade do pobre à luz das mais profundas convicções de fé. Basta observar a realidade para compreender que, hoje, esta opção é uma exigência ética fundamental para a efetiva realização do bem comum. (n. 158)

No mundo atual, para que as pessoas possam reencontrar o caminho da verdade que conduz à vida, é necessário que a universidade não produza apenas o saber pelas inúmeras pesquisas que realiza, mas que este saber seja transformado em ações sociais, pelas quais são atendidos os apelos de justiça, de solidariedade e de paz, que vêm de dentro e de fora de seus centros e departamentos.

Na dinâmica do tema tratado nestas páginas, o amor a Deus e ao próximo é o que torna a missão da PUC-Rio uma exigência e uma urgência. O amor é a força capaz de humanizar todas as estruturas acadêmicas, a fim de que docentes e discentes sejam capazes de promover o bem, a justiça e a verdade que transformam e renovam as estruturas sociais, de

⁴ Sugiro a leitura: James C. Hunter, O Monge e o Executivo. Uma história sobre a essência da liderança.

modo que sejam mais solidárias e fraternas. Neste sentido, a missão da PUC-Rio aposta na realização de uma vocação específica em cada um de seus membros: a vocação ao amor pelo saber e a vocação ao saber pelo amor.

Conclusão

As Pontifícias Universidades Católicas, presentes em várias partes do mundo, possuem identidade e missão específicas. Porque elas são uma instituição de fundação e direito Pontifício, isto é, ligadas à Igreja Católica na pessoa do Grão Chanceler, que é o Bispo local ou um delegado papal, elas têm deveres a cumprir não só civis, mas também eclesiásticos, e têm, por sua vez, direitos inalienáveis que devem ser reconhecidos por todos que, com ela, estão envolvidos: docentes, discentes, funcionários e prestadores de serviços, bem como por todos os órgãos competentes do governo.

No caso da PUC-Rio, para todos os seus Centros e Faculdades, a Cultura Religiosa (CRE) realiza o seu importante papel ao oferecer os seus cursos: *O Humano e o Fenômeno Religioso*, ajudando a descobrir o sentido das inquietações que o ser humano tem dentro de si; *Cristianismo*, apresentando a pessoa e a mensagem de Jesus Cristo que estão na base da *Ética cristã* e da *Ética profissional*. E, recentemente, teve aprovada uma nova disciplina: *Ética socioambiental e Direitos Humanos*, respondendo aos apelos mais urgentes tanto da “Casa Comum” como dos que nela habitam.

Através dos seus cursos, a CRE visa proporcionar e desenvolver um conhecimento pautado em valores, ancorados em sólidos critérios e argumentos, capazes de favorecer o pensamento, a reflexão e a ação humana de forma crítica e inteligente diante dos diversos tipos de desafios acadêmicos ou ideológicos. Assim, os seus docentes enfrentam e se posicionam, com conhecimento e amor, diante da sociedade cada vez mais globalizada e multicultural, marcada, lamentavelmente, por várias ondas de intolerâncias em múltiplos níveis e aspectos, e que produzem sérios problemas socioambientais que clamam por justiça.

Para alcançar seus objetivos, o conteúdo dos seus cursos fundamenta-se no respeito pelas diferenças culturais e religiosas, através do diálogo fraterno, pautado na visão integral do ser humano. Por sua natureza, referencial e missão, indica a proposta cristã católica pelo caminho do testemunho por palavras e ações. Assim, a CRE apresenta, para todos os discentes, sem admitir qualquer tipo de distinção ou discriminação, o que é próprio, específico e que determina a identidade e a missão da PUC-Rio, contribuindo para que a formação de cada um seja integral e capaz de ajudá-lo a ser um agente transformador da sociedade, aderindo, pessoalmente, ao compromisso com o bem comum.

Por isso, a verdade dita deve corresponder à verdade praticada. A revelação da verdade, acontecendo como caminho histórico, permite que a fé e a razão busquem e promovam o sentido da existência do ser humano. Desse modo, a verdade de Jesus, que é fruto de sua pregação e do seu agir, e a verdade sobre Jesus, que é fruto da pregação e da ação da Igreja,

não se chocam com as verdades alcançadas pelas ciências naturais. Fé e razão, juntas e abertas às questões fundamentais do ser humano e da sua dignidade, podem, com coragem, ser desenvolvidas em parceria na universidade, provocando debates que aumentem a qualidade da reflexão comprometida com a teoria e a práxis da verdade. Esta é a condição *sine qua non* para que a universidade, comprometida com a ação social, vise a promoção do bem comum, a superação da violência, a construção da paz e a participação social inteligente, sem as quais não se consegue uma autêntica reforma política.

É preciso reafirmar que uma universidade, seja ela pública, privada ou comunitária, para ser fiel à sua identidade e cumprir o seu papel social, deve estar vinculada exclusivamente à autoridade da verdade. Esta nunca fará mal a ninguém, pois sempre será o caminho que conduz à libertação integral do ser humano, desejoso de ser feliz em plenitude (FERNANDES, 2016, 339-380).

E com São Paulo concluímos:

⁸Não devais nada a ninguém, a não ser o amor mútuo, pois quem ama o outro cumpriu a Lei. ⁹De fato, os preceitos: *Não cometerás adultério, não matarás, não furtarás, não cobiçarás*, e todos os outros se resumem nesta sentença: *Amarás o teu próximo como a ti mesmo*. ¹⁰A caridade não pratica o mal contra o próximo. Portanto, a caridade é a plenitude da Lei. (Romanos, capítulo 13, versículo 8 ao versículo 10).

Para refletir sobre o tema

1. Como o bem, a justiça e a verdade orientam a reflexão, as decisões e as ações que realizo?
2. Como o amor tem marcado o meu percurso acadêmico na universidade?
3. O conhecimento adquirido e aprofundado tem determinado o meu comportamento?

Leonardo Agostini Fernandes

Sacerdote diocesano. Doutor em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, Diretor e Professor de Sagrada Escritura do Departamento de Teologia da PUC-Rio e do Instituto Superior de Teologia da Arquidiocese do Rio de Janeiro.

Referências Bibliográficas

- BENTO XVI, PP. *Caritas in Veritate*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2009, disponível em http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_2009_0629_caritas-in-veritate.html
- BRIGHENTI, A. "Raíces de la epistemología y del método de la teología latino-americana", *Medellín* 20 (1994) 207-254.
- CHOURAQUI, A. *I Dieci Comandamenti. I doveri dell'uomo nelle tre religioni di Abramo*. Milano: Arnoldo Mondadori Editore, 2001.
- HUNTER, J. C. *O Monge e o Executivo. Uma história sobre a essência da liderança*. São Paulo: Sextante, 2007, disponível em https://docs.google.com/file/d/1DqAOTYV8ltoTjdvZV6zvRq55nfXCHWkBARTaMM1maDM9t_9q6J9bKnfxudhT/edit?pref=2&pli=1

FERNANDES, L. A. “A Bíblia no contexto da universidade”. In: I. MAZZAROLO – L. A. FERNANDES – M. L. C. LIMA (org.). *Exegese, Teologia e Pastoral: relações, tensões e desafios*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora PUC-Rio/Academia Cristã, 2015, 419-442.

FERNANDES, L. A. “A Universidade deve estar ligada, exclusivamente, à autoridade da verdade”. *Franciscanum* 165, Vol. LVIII (2016): 339-380. Disponível em <http://revistas.usb.edu.co/index.php/Franciscanum/article/view/2192/1920>

FRANCISCO, PP. *Laudato Si'*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2015, disponível em http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_2015_0524_enciclica-laudato-si.html

PAGOLA, J. A. *O Caminho aberto por Jesus (Marcos)*. Petrópolis, Vozes, 2013.

PERANI, C. *La revisione di vita. Strumento di evangelizzazione alla luce del Vaticano II*, Torino 1968.